



TRAJETÓRIA DA APRENDIZAGEM E PERMANÊNCIA DE ALUNOS INDÍGENAS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA DA CIDADE DE PORTO VELHO– RO REGIÃO AMAZÔNICA

ELOAH FONTINELE DE ALCÂNTARA CARVALHO; GABRIELLE EVARISTO TACANA; MARQUES PEREIRA SILVA DE AQUINO; VANESSA INUMA BRAGA

RESUMO

Atualmente vive-se em uma sociedade democrática marcada pela pluralidade e diversidade dialógica. O direito à participação nos espaços comuns e nos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos pela escola está previsto na legislação, devendo a política educativa estar de acordo com os pressupostos que orientam a plena acessibilidade e igualdade do sistema educativo. Nesse sentido, é importante destacar a presença dos povos indígenas nos espaços educacionais, principalmente sua crescente presença no Ensino Superior. Este estudo tem como objetivo analisar a trajetória de sete alunos indígenas na Universidade Federal de Rondônia, seus desafios relacionados à aprendizagem e permanência no ensino superior.

Palavras-chave: Espaços Educativos; Processo de Ensino; Acessibilidade; Igualdade

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais é evidente o aumento da presença de alunos indígenas na educação superior em comparação às últimas décadas no Brasil. Contudo, existem muitos desafios que impedem o acesso, permanência e êxito desses alunos no ensino superior. Dados obtidos pelo Censo da Educação Superior no ano de 2019 destacou que o número de alunos matriculados segundo dados do Censo da Educação Superior de 2019, teve uma crescente de 53 % em comparação ao ano anterior. Todavia, a prevalência de evasão desses alunos é superior que a média geral, evidenciando que é importante garantir a efetivação de políticas públicas e ações afirmativas para garantir a segurança de oportunidades no ensino superior.

De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em seu livro "Os direitos dos índios e a sociedade brasileira", a educação superior para os indígenas é uma oportunidade de fortalecer suas lutas pelos direitos territoriais e culturais. No entanto, o acesso a esse nível de ensino ainda é limitado por fatores como a falta de políticas públicas cumpridas, a percepção e a distância geográfica das aldeias em relação às universidades.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória dos alunos indígenas no ensino básico e superior brasileiro, destacando os principais desafios enfrentados por esses estudantes e as iniciativas que buscam promover uma educação intercultural e inclusiva. Para isso, serão utilizados relatos de estudantes indígenas e estudos acadêmicos sobre o tema retirados das principais plataformas de dados

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando alguns aspectos da pesquisa e partindo dos pressupostos de Gonçalves (2001) pode-se dizer que o objetivo da referida pesquisa é do tipo exploratória, pois buscou-se coletar informações de cunho qualitativas para responder o objetivo da pesquisa que é entender quais os desafios enfrentados na trajetória da aprendizagem de indígenas acadêmicos da universidade federal de Rondônia da cidade de Porto Velho – Região Amazônica, para o ingresso no nível superior.

Quanto à coleta dos dados, esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa, O instrumento utilizado com os participantes foi o questionário com perguntas abertas o que possibilitou respostas subjetivas relacionadas ao contexto de vida e de aprendizado dos sujeitos da pesquisa. Além disso, a escolha do questionário como instrumento metodológico nos permite obter informações mais detalhadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 6 indígenas, foi possível perceber que 75% dos participantes possuem idade igual ou inferior a 26 anos, e apenas 25% estão acima dos 28 anos. Mais da metade das pessoas analisadas eram do sexo feminino e 42% do total dos participantes cursavam psicologia. As etnias encontradas foram a Karitiana (60%) e a Macurape (40%). Segundo o PIB socioambiental de 2021. os Karitiana:

Constituem um dos muitos grupos do estado de Rondônia ainda pouco estudados pela Antropologia. Tradicionalmente localizados nos vales dos rios Candeias, Jamari e Jaci-Paraná, nos últimos anos suas principais batalhas em favor de sua reprodução física e sociocultural têm sido a revisão dos limites da Terra Indígena Karitiana e o investimento na educação escolar, como forma de conservar várias de suas práticas socioculturais e reforçar o ensino de sua língua, a única remanescente da família linguística Arikém. (ISA. 2021)

Ainda segundo o relatório, a população Karitiana era formada por cerca de 450 pessoas divididas em 7 aldeias. Na cidade de Porto Velho, viviam naquele ano, um total de 27 famílias desta etnia. A terra indígena dos Karitiana, localiza-se inteiramente no município de Porto Velho, cortado por inúmeros igarapés localizados à margem esquerda do rio Candeias (especialmente o rio das Garças).

A segunda etnia mais presente dentro do ensino superior federal no estado de Rondônia, é a etnia Macurape. Eles vivem em Terras Indígenas localizadas no estado de Rondônia e em algumas cidades vizinhas. Essas tribos indígenas são coabitadas por outros povos, como os Wayuru, Aikanã e os Aruá. Através da pesquisa realizada, pudemos perceber que 42,9% dos participantes possuíam como língua materna o arikém, e 28,6% a língua makurap. O arikém faz parte de uma linhagem linguística do Tupi Guaraní, assim como o makurap.

Foi possível analisar que 57% das pessoas entrevistadas, não utilizam sua língua materna hoje em dia. O que pode ser algo a se problematizar visto que de acordo com Trento e Ribeiro (2010? p.9) “a língua é vista como a memorização de traços culturais daquela etnia e tudo o que foi elaborado para sua criação (...) ao desaparecer uma língua, também se vai com ela tudo o que foi construído até então”. Sendo assim, é fundamental que se fomente o uso da língua materna pela população indígena mais jovem, para que assim seja possível dar continuidade à essa linguagem nas gerações que estão por vir.

Outro fator observado é que foi relatado por 40% dos participantes da entrevista, a dificuldade enfrentada ao frequentar a escola e ao adentrar o ensino superior devido à sua linguagem. Salientaram que já sofreram preconceito por conta da pronúncia das palavras, e também por terem dificuldade em escrever o português de acordo com as normas gramaticais vigentes.

Os dados amostrais, demonstraram que 83.3% dos entrevistados estudam em tempo

integral, o que dificulta que os mesmos consigam trabalhar para obter uma renda fixa, acabando por serem obrigados a fazerem serviços informais para conseguir uma forma de sustento. 60% dos entrevistados enfatizaram que a principal dificuldade enfrentada por eles dentro do ensino superior, é se manter financeiramente estudando em tempo integral, sem os auxílios da universidade. Como reflexo disso, temos 66% dos alunos indígenas entrevistados utilizando transporte público para se locomoverem até o campus. Na atualidade, existem muitas leis que asseguram a permanência das pessoas indígenas no ensino superior e para o ingresso nas universidades as ações afirmativas e cotas, essas políticas buscam promover a inclusão de estudantes e garantir o acesso equitativo ao ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devem promover a valorização das culturas indígenas e o respeito à diversidade étnico-racial.

O sistema de ensino deve ser desenvolvido em parceria com as comunidades indígenas, respeitando sua cultura, tradição e língua. Como já citado anteriormente, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) assegura que todos devem ter acesso à educação, isso inclui indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência etc. E para fortalecer a educação escolar das comunidades indígenas, o governo brasileiro criou o PNEEI (Programa Nacional de Educação Escolar Indígena) que foi instituído pelo Decreto por 6.861/2009 que colabora com todos níveis e tipos de sistemas educacionais, incluindo os municipais, estaduais e federais, para desenvolver a educação escolar indígena.

A iniciativa visa garantir o ingresso, permanência e sucesso de estudantes indígenas em instituições de ensino, bem como a formação de professores indígenas e é graças a ela que temos a porta de entrada dos indígenas ao ensino superior. No ensino superior temos a vigência de outro programa, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, estabelece a política de atendimento educacional no âmbito assistencial nas instituições federais de ensino superior para a prestação de assistência social e benefícios econômicos, como moradia, alimentação, transporte e apoio acadêmico, para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive indígenas. Em complemento ao PNAES tem em suas diretrizes e orientações o Programa Bolsa Permanência (PBP) instituído pelo Decreto nº 7.284 / 2010 que oferece assistência financeira a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em programas de pós-graduação em instituições de ensino superior garantindo a continuidade e conclusão dos estudos desses alunos, reduzindo a desigualdade educacional e promovendo a inclusão social.

As instituições podem oferecer Bolsas de estudo, moradia estudantil que são alojamentos dentro do campus, auxílio alimentício como restaurantes RU ou cartões de alimentação, vale-transporte e também apoio psicológico como tutoria e orientação acadêmica. Tudo visa a permanência e auxílio à continuidade da vida acadêmica.

4 CONCLUSÃO

Os povos originários buscam pelo reconhecimento de seus direitos, pela preservação da sua cultura, territórios e autonomia. Todas as leis aqui mencionadas reivindicam e o reconhecimento das identidades indígenas, eles ainda enfrentam desafios históricos como a colonização, exploração dos seus recursos naturais de suas terras, e sofrem frequentemente violências e ameaças em disputas territoriais, discriminação e falta de acesso aos serviços básicos como educação e saúde de qualidade. É fundamental valorizar a cultura indígena para promover o respeito, à diversidade e a preservação dos costumes e saberes indígenas, compreender seus modos, organizações, amplas variações de idiomas, rituais e crenças. Reconhecer essa diversidade é importante para evitar generalizações e estereótipos, essa valorização é um compromisso contínuo de debates e diálogos.

Para isso é necessário promover formas de disseminar essa proteção e acesso aos

direitos básicos promovendo políticas públicas, respeitos a esses direitos e reconhecendo sua cultura, território e autonomia. É uma causa por justiça social, igualdade e proteção ambiental, a garantia de direito a esse território é indispensável para suas culturas e preservação das florestas. É majoritário de acordo com a coleta de nossa pesquisa, que todos veem do estado de Rondônia e provenientes de escolas públicas e fazem uso do transporte coletivo e se orgulham de suas raízes. Ao serem questionados sobre as dificuldades, desafios, preconceitos obtemos que o senso comum fortalece a ideia os indígenas não deveriam frequentar as escolas e faculdades pois deveriam ficar em suas aldeias e preservar sua origem.

É importante ressaltar que o acesso ao conhecimento científico e ao desenvolvimento do pensamento crítico não permitirá a manipulação e extinção desses povos, é importante ressaltar que para ter acesso aos direitos fundamentais é necessário o conhecimento dessas leis e isso é garantido através do ensino formal das escolas e universidades, entender o funcionamento dessas leis e compreendendo os fenômenos naturais, processos sociais e tecnologias.

Portanto, esse ensino ajuda a estabelecer pontes entre os conhecimentos tradicionais indígenas e o conhecimento científico ocidental, ajudando todos a trocarem conhecimentos e entendimentos sobre os diferentes mundos. Lembrando que esse ensino deve ser sempre adaptado a especificidades culturais.

Todavia, deve ser lembrado que o ingresso ao ensino superior não é sinônimo de permanência e nem de conclusão devido às diversas dificuldades culturais de idioma, localidade, a adequação a esse novo local, barreiras socioeconômicas, ausências de políticas de inclusão. Estamos ainda lutando pelo reconhecimento desses povos originários e seus direitos que devem ser garantidos e vistos por leis que assegurem a assistência e políticas públicas que atestem esses acessos da cultura indígena no processo de educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Bolsa Permanência**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/bolsa-permanencia>. Acesso em: [04.09.2023].

KARITIANA. **Povos indígenas do Brasil**. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karitiana#L.C3.ADngua_e_educa.C3.A7.C3.A3o_escolar. Acesso em 04 setembro. 2023.

RIBEIRO, R. Trento. B. **Um olhar para a memória e a história da língua materna indígena guarani: um ato de resistência**. LEETRA Indígena- São Carlos, vol. 20, n. 1, 2022, pp.7-19.